

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA: CONCEITOS INTERCAMBIÁVEIS?

Roseane Xavier
Universidade Federal de Pernambuco

RESUMO: O objeto deste artigo é a Teoria das Representações Sociais. Seu objetivo constitui também sua hipótese: a possibilidade de aliar a leitura psicossocial a uma leitura sociológica do conceito de Moscovici, articulando-o com os conceitos de ideologia e hegemonia de Althusser e Gramsci, e estabelecendo diálogo com o conceito de prática articulatória de Laclau e Mouffe. A problemática que envolve essa discussão se refere à restrição do conceito moscoviciano ao momento da interação e sua insuficiência para abranger o âmbito do conflito e das relações de poder. Aos conceitos de ideologia e hegemonia, por sua vez, faltaria espaço para o reconhecimento de que muitas idéias, valores e teorias implícitas no mundo vivido não estão necessariamente ligados a relações históricas de dominação, tampouco à luta de classes. A autora defende que tais conceitos podem ser eficientemente articulados, desde que o conceito de representação social seja ampliado em seu caráter cognitivo e psicossocial, e os conceitos de ideologia e hegemonia sejam revistos em seu essencialismo e determinismo. A ponte entre o conceito de representação social de Moscovici e os demais é feita através das noções de "ideologia geral" de Althusser, de "teorias do senso comum" de Gramsci e do resgate do conceito gramsciano de hegemonia como prática discursiva na abordagem pós-estruturalista de Laclau e Mouffe.

PALAVRAS-CHAVES: Representações sociais, ideologia, hegemonia, reprodução social.

**SOCIAL REPRESENTATION AND IDEOLOGY:
INTERCHANGEABLE CONCEPTS?**

ABSTRACT: The subject of this article is the Theory of Social Representations. Its objective also constitutes its hypothesis: the possibility of allying the psychosocial interpretation and the sociological interpretation of Moscovici's concept, linking it with Althusser's and Gramsci's concepts of ideology and hegemony, and establishing a dialogue with Laclau and

Mouffe's concept of articulatory practice. The issue that surrounds this discussion concerns the restriction of the Moscovician concept to the moment of interaction and its insufficiency in incorporating the scope of conflict and power relationships. The concepts of ideology and hegemony are also unable to recognize that many ideas, values and theories implicit in the life world are not necessarily connected to historical relations of domination, neither to the class struggle. The author argues that such concepts can be efficiently articulated provided that the concept of social representation is broadened in its cognitive and psychosocial character, and the concepts of ideology and hegemony are revised in their essentialism and determinism. The bridge between Moscovici's concept of social representation and the others is made through Althusser's notions of "general ideology", Gramsci's "theories of common sense" and the recovery of the Gramscian concept of hegemony as a discursive practice in Laclau and Mouffe's post-structuralist approach.

KEY-WORDS: Social representations, ideology, hegemony, social reproduction.

Representar é tão antigo quanto pensar. Essa afirmação é amplamente reconhecida pela Filosofia e pelas Ciências Humanas. O problema da representação se coloca para o homem desde o momento em que o próprio "pensamento" – sua produção e exteriorização – torna-se objeto das especulações filosóficas, o que traria mais tarde a questão do papel do trabalho e da linguagem na constituição da consciência individual ou coletiva.

A problemática filosófica da representação assume historicamente, de acordo com Bhaskar (1996, p. 647), três níveis fundamentais:

a) metafísico: diz respeito à existência ou não de universais (idéias/ conceitos) independentemente (como em Platão) ou como propriedade das coisas materiais (como em Aristóteles);

b) perceptivo: refere-se à existência ou não de objetos materiais no espaço e no tempo independentes da percepção; esse nível tem dois desdobramentos: primeiro, remete à tese sobre a existência de algo como uma realidade independente de descrições (plano discursivo), que poderia ser conhecida naquilo que "é" (plano não discursivo); segundo, à questão das limitações do aparelho perceptivo e, mais tarde, da influência das "paixões" e "interesses", como fatores que podem distorcer a inteligibilidade

desse "real", o que nos leva ao tema da falsa consciência (ROUANET, 1996); e

c) epistemológico: possibilidade de existência e operação de objetos de investigação científica absolutamente (ciência natural) ou relativamente (ciência social) independentes da investigação ou, de modo mais geral, da atividade humana, o que constitui, grosso modo, uma transposição, para a ciência, dos níveis metafísico e perceptivo embora os ultrapassando.

Em outros termos, a representação, a princípio, dizia respeito a uma reflexão cognitiva, vinculada tão somente à experiência individual da consciência no seu "despertar" para o mundo, ou seja, o momento em que a consciência se torna "sujeito cognoscente"; aqui, a subjetividade individual é a "fonte", por assim dizer, da representação. Aos poucos, a noção se desvincula da experiência individual de apreensão das "coisas" para assumir outro enfoque: o da fidelidade da representação (signo) em relação ao seu objeto; aqui, parafraseando Foucault (1990), as palavras começam a se descolar das coisas. Em seguida, o conceito vai sofrendo mudanças determinantes para a constituição de uma ciência social: o enfoque subjetivo cede lugar a uma reflexão que prima pela objetividade – momento representado, fundamentalmente, por Durkheim e Marx – agora a representação é interpretada como fenômeno inscrito na história, nas relações materiais, na vida social. Mas a sua transformação não se encerra aí: a subjetividade reivindica seu lugar, e a problemática da representação se torna mais complexa: ora retorna ao sujeito, embora não ignore radicalmente o plano objetivo, ora reafirma este último sob novas formas, ora se encaminha para uma terceira via: a da intersubjetividade, em que ambas as esferas se fazem presentes, com maior ou menor ênfase no conflito ou na integração. A representação, de todo modo, adquire "materialidade", deixando de pertencer exclusivamente ao nível ideal e constituindo-se, efetivamente, como "objeto" – ao menos como objeto de estudo para as ciências do homem, uma ponte a mais para se chegar à compreensão do seu universo psíquico e social, individual e coletivo (PERRUSI, 1995).

Esses níveis estão estreitamente ligados ao desenvolvimento do pensamento social. Suas disputas tiveram desdobramentos basilares na constituição das Ciências Sociais, e outras dicotomias (indivíduo/sociedade, agente/estrutura, holismo/individualismo, etc.), geralmente implícitas nas apresentadas acima, perduram, com variações "pendulares", na cena das discussões metodológicas e do estatuto epistemológico das ciências

do homem desde o século XIX até as portas deste novo milênio (ALEXANDER, 1987).

Na medida em que, juntas, essas questões poderiam ser traduzidas na problemática da “construção da realidade” (BERGER; LUCKMAN, 1986), um maior aprofundamento nelas de modo algum seria irrelevante. Por outro lado, dadas a sua complexidade e as variantes filosóficas que compreendem, tal debruçamento poderia afastar-nos em demasia do nosso objeto. No âmbito deste artigo, dois níveis interessarão de forma mais direta: o da representação como mediação/organização da realidade no plano interativo (correspondendo ao conceito de Representações Sociais), e o da representação como falsa consciência (correspondendo ao conceito de ideologia).

A DIMENSÃO PSICOSSOCIAL: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

O conceito de representação social de Moscovici (1978) tem estreitas relações com o de representações coletivas de Durkheim (1986). No entanto, há de se fazer algumas ressalvas a partir de uma breve recapitulação do conceito durkheimiano.

Nas suas elaborações teóricas, a principal meta de Durkheim é encontrar e explicar aquilo que fornece unidade à vida social, o elo entre as diversas formas como as sensações individuais (entendendo o indivíduo como produto da realidade social) são representadas, sua causa “objetiva”, “universal” e “eterna”. E a resposta vem, num primeiro momento, por meio do conceito de consciência coletiva. A associação dos homens (indivíduos), sua síntese, produz um todo (realidade social) que se sobrepõe às partes que o formam. Essa realidade *sui generis* é o que Durkheim chama de consciência coletiva, na qual são eliminadas ou minimizadas as diferenças individuais, dando lugar a uma “unidade” cuja vida se manifesta pela constituição e ação de “representações coletivas”.¹ Nossos julgamentos, diz ele, são a cada instante mutilados e deformados por “julgamentos inconscientes”, e apenas vemos aquilo que nossos preconceitos permitem, ignorando tais preconceitos (DURKHEIM, 1986, p. 35). Os modos de agir individuais, o sentir e o pensar socialmente são, pois, “efeitos” psíquicos, provocados pelos “meios próprios da consciência coletiva” em sua ação sobre os indivíduos. Está dado, assim, o caráter “objetivo” das representações coletivas: assim como as representações individuais – que mesmo sendo produzidas por ações e reações permitidas pelos elementos nervosos, têm existência por si e são passíveis de observação –, as representa-

ções coletivas, embora produzidas por ações e reações entre os indivíduos, deles são independentes. Como "fatos sociais" elas, inerentemente, têm existência por si (podem ser encaradas como "coisas"), exercem poder coercitivo, são exteriores e anteriores aos indivíduos.

Para Durkheim, portanto, as representações coletivas teriam uma existência concreta, uma "materialidade" que se manifestaria não apenas no comportamento dos membros de uma sociedade, por meio da socialização e internalização de valores, mas na estrutura jurídica e organizacional de uma formação social, nos mecanismos de controle social, nos critérios e formas de sanção e recompensa, etc. As representações coletivas dariam sustentação a uma moral específica, "necessária ao corpo social", *materializando-a, objetivando-a e naturalizando-a*, desempenhando, assim, o papel de amainar ou até mesmo eliminar a contradição entre o individual e o coletivo, mantendo a ordem e o equilíbrio social. O autor traça, dessa forma, uma linha rígida entre o individual e o coletivo, o psíquico e o social, com clara prevalência do segundo sobre o primeiro, na explicação dos fenômenos e da ação social. O fator "construção" na interação social é claramente negligenciado. O tema é abordado exclusivamente em termos de "reprodução", e a "produção" de significados fica como lacuna. O plano simbólico torna-se, assim, tão pouco dinâmico quanto pouco conflitivo: ele paira sobre os indivíduos de forma homogênea, e se dá entre indivíduo e sociedade de forma meramente conceitual, em vez de entre grupos sociais específicos e concretos. A perspectiva integracionista, em Durkheim, vai até as últimas consequências.

Moscovici apropriou-se do conceito durkheimiano, modificando-o e utilizando-o como conceito fundador de um novo continente de pesquisas: **a)** primeiro, retirou do conceito de Durkheim o peso da ontologia social, mudando o seu campo de aplicação, agora situado a meio caminho entre o social e o psicológico; **b)** inscreveu no conceito uma consistência cognitiva bastante acentuada; **c)** delimitou especificamente o seu campo de ação, ou seja, o cotidiano; e **d)** especificou a representação como uma forma de conhecimento particular, relacionado com o senso comum, com a interação social e com a socialização (PERRUSI, 1995).

Desse modo, o "social" de Moscovici, diferentemente do "coletivo" de Durkheim, designa o aspecto dinâmico e a bilateralidade no processo de constituição das representações sociais, assinalando duas facetas: por um lado, a representação como forma de conhecimento socialmente elaborado e partilhado e por outro, sua realidade psicológica, afetiva e analógica, inserida no comportamento do indivíduo. As representações são

medidas sociais da realidade, produto e processo de uma atividade de elaboração psicológica e social dessa realidade nos processos de interação e mudança social (JODELET, 1986, p. 37). Falar em representação social, portanto, é mais que falar em opinião (individual ou pública), atitude e conduta. Esses elementos estão em um nível de menor sedimentação social, são mais fluidos e contingentes e podem ser, eles próprios, reflexos ou efeitos de representações sociais.

Mas, então, quais as características das representações sociais? O que é e o que não é representação social? Como saber quando estamos falando de representações sociais?

As principais características das representações sociais, segundo o conceito de Moscovici, são a *funcionalidade* e o *caráter performativo*.

Funcionalidade das Representações (ou organização do real)

As representações são “uma modalidade de conhecimento particular”, que têm por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos. O estudo das representações sociais, nessa perspectiva, consiste na análise dos processos pelos quais os indivíduos, em interação social, constroem teorias sobre os objetos sociais, que tornam viável a comunicação e organização dos comportamentos. Assim entendidas, as representações “*alimentam-se não só das teorias científicas, mas também dos grandes eixos culturais, das ideologias formalizadas, das experiências e das comunicações cotidianas*” (VALA, 1993, p. 354).

Tais “teorias” estão inscritas no pensamento representativo do senso comum, cuja forma de funcionamento difere do sistema representativo do saber científico. Num sentido bastante cognitivo (mas não tão distante do sentido que Gramsci dá ao termo, como veremos adiante), o senso comum é, segundo Moscovici, formado por imagens e símbolos; seu limite de realidade é baseado no consenso; é dominado pelo “porquê” (em vez do “como”); e as respostas às perguntas que se colocam emergem sob uma pluralidade de tipos e critérios de julgamento, com uma grande flexibilidade de sucessão de atos mentais, áreas e formas sintáticas disponíveis. Esse “pensamento natural”, espontâneo, é determinado, ainda, por fatores contextuais e sociais: *dispersão da informação*, *focalização* social de aspectos da realidade em questão, *pressão para a inferência*, *personificação* de conceitos e fenômenos, *figuração* de imagens e conceitos e ontologização (naturalização) das relações lógicas e empíricas (MOSCOVICI, 1978, p. 26). O senso comum estaria, por sua vez, inscrito

na realidade cotidiana do mundo vivido e ancorado no modelo da intersubjetividade e da integração social, diferentemente do saber científico, o saber institucionalizado, inscrito no mundo sistemático, menos flexível, e sujeito a outras lógicas de funcionamento.

Pode-se afirmar, nesse sentido, que o conceito de representações sociais foi forjado para o entendimento das formas de raciocínio e das teorias existentes e elaboradas na vida cotidiana.

Caráter Performativo das Representações (fundamentação de práticas)

As representações sociais são um sistema (ou sistemas) de interpretação da realidade, que organiza as relações do indivíduo com o mundo e orienta as suas condutas e comportamentos no meio social, permitindo-lhe interiorizar as experiências, as práticas sociais e os modelos de conduta ao mesmo tempo em que constrói e se apropria de objetos socializados. A relevância sociológica do estudo das representações sociais, desse modo, está no fato de que elas fundamentam práticas e atitudes dos atores, uns em relação aos outros, ao contexto social e àquilo que lhes acontece.

Durkheim reifica por si mesmo as representações coletivas, atribuindo-lhes uma existência *per se*, cujas mudanças são determinadas pelas necessidades que o "corpo social" (como um todo indiscriminado) determina. O processo pelo qual as representações são constituídas – sua gênese, sua formação e integração à realidade social e aos comportamentos de grupos e indivíduos – não é abordado pelo autor, que se debruça basicamente na atualidade e "funcionalidade" delas para o sistema social, não para o indivíduo; seu campo de análise restringe-se, propositalmente, ao âmbito externo ("sociológico") visto como ontologicamente distinto e distante do âmbito interno ("subjetivo").

Para Moscovici, porém, a externalidade das representações e do seu processo aos olhos dos sujeitos, seu deslocamento, sua naturalização e projeção (a que outros teóricos poderiam chamar, negativamente, de alienação), consiste num mecanismo psicossocial de apresentação/construção social da realidade. As representações, uma vez constituídas, não se convertem necessariamente em leis de funcionamento social. O elemento "construção" assume um lugar central, representando o esforço de trazer o "indivíduo" ao seu lugar de sujeito na medida em que o percebe na sua condição de socialmente constituído e, ao mesmo tempo, constituinte. Daí, a importância de se compreender os processos pelos quais tal produção e posterior reificação acontecem, quais sejam, a *objetivação* e a *ancora-*

gem.

A *objetivação* é o processo pelo qual são “materializadas” as idéias e os conceitos. Aqui, num primeiro olhar, a semelhança com Durkheim é notória, uma vez que ela é definida como o processo pelo qual

“(...) Os conteúdos mentais dos indivíduos, seus julgamentos e suas idéias são separados e assumem um caráter externo. Eles aparecem como uma substância ou como forças autônomas que povoam o mundo em que se vive e se atua. Os estados mentais, como observava Meyerson, não permanecem nos indivíduos, eles se projetam, tomam forma, tendem a se consolidar, a se tornar objetos; isso corresponde a dar um caráter material às nossas abstrações e imagens, a metamorfosear as palavras em coisas.” (MOSCOVICI, 1990, p.272).

Mas essa externalidade traduz-se menos na criação de uma ordem *sui generis* de coisas que pelo fato de sua gênese ser distanciada. “Objetivar”, diz Moscovici, é reabsorver um excesso de significações, materializando e trazendo para o universo vivido o que antes era palavra ou símbolo.

“O dinheiro é o exemplo mais evidente de transformação de uma forma em matéria, de uma imagem mental em coisa. Ele se reconhece como meio de representar uma relação invisível através de um objeto visível, a moeda palpável, a cédula ou o cheque que passam de mão em mão e fazem bens circularem de um lugar para outro. E melhor ainda, ele assegura, particularmente no mundo moderno, a preponderância do sistema de representação, portanto da convenção do símbolo, sobre o conjunto dos objetos e das relações afetivas, inscrevendo assim na substância uma figura do pensamento – carta de crédito, moeda decimal, etc. – que a distingue das outras substâncias e permite reconhecê-la. Isto é óbvio. Consta de sua natureza física o substituir-se às coisas, o servir de troca, por suas qualidades ou pelo seu peso, o prestar-se à medida e ao transporte. E, na sua natureza intelectual, de valer algo,

de se associar e permitir o cálculo." (MOSCOVICI, 1990, p. 273).

Assim, por exemplo, na transmutação das teorias científicas para o senso comum (como na difusão da psicanálise na sociedade francesa, no famoso estudo do autor), as idéias científicas, uma vez incorporadas ao mundo da vida, já não são percebidas como produtos da atividade intelectual de um grupo específico de cientistas, mas como reflexo de algo que existe efetivamente, como "fatos" independentes da criação humana. O que antes era específico de um conceito – e as regras sobre as quais tal conceito fora introduzido no corpo de uma teoria científica – reduz-se ao penetrar no real, ficando esse conceito sujeito às regras e noções presentes nesse real: "É assim que cada um pode, na nossa sociedade, reconhecer os 'complexos' de um indivíduo como atributo da sua pessoa, sem que, por outra parte, esse reconhecimento esteja obrigatoriamente associado à psicanálise." (MOSCOVICI, 1978, p. 112). Para usarmos um exemplo mais recente: cada um pode falar em "globalização" ou "desemprego estrutural" sem associar diretamente os conceitos a estudos sociológicos, econômicos ou políticos (XAVIER, 2002).

Jodelet (1986) amplia o sentido de objetivação, assinalando a tensão imanente entre um lado estruturado e conservador (informações, imagens, modelos normativos, esquemas cognitivos, etc.) e um lado estruturante e subversivo. Essas duas faces ficam mais claras nos mecanismos pelos quais a objetivação atua: a *naturalização* e a *classificação*. A classificação é uma forma de tornar o conceito cognitivamente inteligível, enquanto a naturalização coloca e organiza as partes no meio ambiente, introduzindo, por meio dos seus cortes, uma ordem que se adapta à ordem preexistente, "atenuando o choque de toda e qualquer nova concepção". Trata-se de "uma grade" que permite denominar os diferentes aspectos do real e, por seu intermédio, defini-lo: "se aparece uma grade diferente, suas novas denominações são associadas às entidades existentes, que elas ajudam a redefinir." (MOSCOVICI, 1978, p. 113). Dentro da objetivação, a naturalização seria o processo conservador de transformação do novo e do proibido.

Outro mecanismo presente na constituição das representações sociais é a *ancoragem*, definida como "a penetração" de uma representação entre as que já existem na sociedade, conferindo-lhe sentido e utilidade. Ela atua numa rede de significados, jogando e intercambiando, de forma comunicativa, valores intrínsecos e extrínsecos do indivíduo, para equilibrá-lo de forma não contraditória. O equilíbrio se fundamenta na capacidade da

representação de negociar com a realidade, isto é, vale menos a pretensão à verdade que a realização do consenso. A ancoragem induz uma ação visando ao entendimento, mas sua pretensão de validade postulada é frágil e intercambiável. A representação torna-se assim, para todos, um meio de interpretar os comportamentos, de classificar as coisas e as pessoas em uma escala de valores e nomeá-las. Tem a ver, portanto, com a identificação de pertencas sociais, dos posicionamentos recíprocos (percepção mútua de Si e do Outro) nas relações sociais. Tudo o que nos faz agir, preencher uma função e nos posicionar nas relações sociais obedece a uma representação dominante, ou seja, aquela que tem um maior grau de ancoragem e, portanto, de legitimação e partilha no ambiente social (MOSCOVICI, 1990, p. 272)²:

“A economia procede da mesma forma que todos os outros processos de ancoragens, quando nos convida a evitar a inflação, a aceitar as relações de salários, aceitar o desemprego, e assim sucessivamente. Qualquer que seja o conteúdo de uma representação, ele se torna social desde que preencha, através de sua ancoragem em uma parte do meio, as tarefas que a sociedade requer dele, desde que se torne num instrumento seu. De modo que os problemas vitais, sempre ameaçadores, parecem encontrar uma solução nova e compartilhada.”

É na ancoragem, portanto, que a representação assume seu caráter eminentemente social. Os novos elementos são percebidos através do “filtro” do indivíduo ou do grupo. Nesse sentido, emerge uma das características fundamentais da representação na teoria de Moscovici (1990, p. 273): só se pode falar em “representação” como representação de alguém, isto é, de um grupo específico, que tem e partilha informações, convenções e emoções específicas (a representação não está “fora” do grupo nem paira “sobre” ele). Noutros termos, é preciso “localizar” socialmente o agente da representação social, em lugar de tratá-lo genericamente (como em Durkheim). Ou seja, cada grupo social poderá agir de forma diferente em relação a um mesmo elemento, e na interação entre os grupos, o resultado desse processo (o que passa e o que se fixa, o que muda e o que expulsa o novo) não pode ser dito *a priori*. O fato de “não poder ser dito antes”, porém, não significa que não se possa identificar tendências.

As representações sociais, portanto, não são objetos “sólidos”, sig-

nificados que uma vez construídos se transformam numa essência estática e imutável. Isso seria semelhante a pensar a dinâmica social como algo que em algum momento pára no tempo. Mesmo uma tradição, que sugeriria mais fortemente essa característica, não pode ser pensada senão em termos da dinâmica de sua adaptação aos novos contextos, o que pressupõe, no mínimo, a necessidade de entrar em relação com novos elementos que vão surgindo, ainda que seja para reafirmar sua permanência.

Se as representações coletivas de Durkheim têm um caráter intrinsecamente conservador, a inovação é outro elemento abordado pelo conceito psicossocial de Moscovici. As representações sociais têm uma ação anti-institucionalizadora na cultura e anticonvencional nas instituições (MOSCOVICI, 1990, p. 82), na medida em que têm a capacidade de subverter objetos, conceitos já estabelecidos e teorias científicas em novos conteúdos, sob critérios nada rígidos e com resultados imprevisíveis.

Tal inovação, porém, é abordada em termos estritamente cognitivos: de acordo com Jodelet (1986, p. 43), a representação, ao "substituir mentalmente" um determinado objeto (pessoa, coisa, idéia), reconstrói as cadeias de significação que o formam, restituindo-o simbolicamente e também inscrevendo no significante novos significados. Isso, por outro lado, nos traz a questão da dicotomia entre a representação e o objeto da representação, entre o real e o imaginário, vastamente abordados pelos teóricos da representação na psicologia social.

Na visão de Jodelet, a reconstrução do objeto da representação forma um novo objeto que tem certa independência do original - se é que se pode falar em "objeto original", pois (geralmente) as representações sociais dão-se já sobre ou acerca de outras representações sociais. Da representação para o seu objeto, portanto (quando possível a distinção), as distâncias são variadas, sendo suas formas principais: **a)** distorção: todas as características do objeto estão presentes, umas mais exageradas ou minimizadas que outras; **b)** suplementação: seriam investidos aspectos inexistentes e imaginários no objeto, com a finalidade de torná-lo adaptado aos valores dominantes; e **c)** impressão: parte dos aspectos que formam os objetos é eliminada por critérios conativos.

O objeto não coincide necessariamente com a representação embora dele dependa para existir. Ele seria reconstruído, interpretado e expresso pelo sujeito num movimento bilateral: a representação seria uma forma de conhecimento particular, modelando o objeto com diversos suportes lingüísticos, de comportamento e materiais, mas modelando também o sujeito, como prática intrinsecamente relacionada com a experiên-

cia social (no nível interativo). A representação seria, ao mesmo tempo, uma construção do objeto afastado do original e um *analogon*, ou seja, uma presença do mundo exterior na mente do indivíduo. Ela é um duplo objeto no sentido do qual o indivíduo atualiza o ser ou a qualidade do ser, mesmo quando ele/ela estão ausentes ou diante de sua eventual presença. Ela não deixa de ser uma apropriação subjetiva do mundo embora seja sentida como uma presença objetiva da realidade (MOSCOVICI, 1978, p. 106).

Como se vê, a questão é colocada no nível da percepção e da cognição. Nessa abordagem, o problema da representação como “falsa consciência”, no sentido marxiano, não se coloca. Mas fica claro que, ao estudar as representações sociais, lidamos não apenas com materiais simbólicos ou subjetivos, mas também com a sua “materialidade”, em dois sentidos: primeiro, em sua gênese, tendo em vista os referenciais, os dados da realidade social – concretos ou conceituais – aos quais se referem as representações; segundo, em sua atualidade e objetificação, ou seja, na forma como se convertem em práticas, inscrevendo-se nas relações sociais e tendo repercussões concretas na vida das pessoas. A despeito da abordagem cognitiva, esse último aspecto revela mais claramente a dimensão social da representação: o fato de que “representações” convertem-se em “práticas” (caráter performativo) e tornam-se, com isso, elementos “objetivos”, “reais” do ambiente social. Tal dimensão é determinada, sobretudo, pela comunicação social, que tem um papel fundamental nas mudanças e nas interações formadoras do “consenso” social.

O caráter interdisciplinar ou mais precisamente sociológico do conceito pode ser explicitado de forma mais clara a partir de agora. Uma vez que oferecem programas para a comunicação e a ação, consistindo em teorias sociais práticas, além de organizadores das relações simbólicas entre atores sociais, as representações sociais não são neutras (JODELET, 1986). Há de se investigar, portanto, os elementos que fomentam a conservação, a mudança e a sedimentação de determinadas representações sociais, não apenas no nível cognitivo, psicológico, e interativo (mundo da vida), mas também no nível político (esfera pública). Esse último aspecto, porém, não está, e talvez nem pudesse estar presente no conceito psicossocial de Moscovici. Do ponto de vista sociológico, e embora demonstre a forte preocupação com a interdisciplinaridade, como se pode ver em **A máquina de fazer deuses** (1990), a abordagem moscoviciano da representação social deixa algumas lacunas:

- a) ao restringir o processo de constituição das representações ao momento da interação social, o âmbito do poder e das hierarquias sociais

fica negligenciado;

- b) uma vez que a dimensão do "poder" e da "hierarquia" não entra na elaboração teórica, o conceito de "social", embora claramente se distancie do sentido durkheimiano, finda por ser concebido sob o pressuposto de homogeneidade das interações sociais. A desigualdade e irregularidade dos recursos comunicacionais entre os grupos em interação, por exemplo, não chega a ser abordada;
- c) complementarmente, a abordagem psicossocial, em que a análise é centrada na funcionalidade e eficácia das representações como "organizadoras" do real (percepção) e das relações sociais (interação), acaba por privilegiar a perspectiva integracionista. Com isso, os conflitos sociais (dentro dos grupos e entre grupos heterogêneos) não entram na análise do processo de constituição das representações sociais;
- d) o caráter performativo fica restrito ao aspecto psicológico e cognitivo (indivíduo e grupo), negligenciando as condições de desnível e as eventuais manipulações, via poder (objetivo e/ou simbólico), de interesses de grupos particulares no cenário social. As relações de poder são, evidentemente, abordadas por Moscovici, mas como seria natural (uma vez que o autor é psicólogo social, e não sociólogo), o foco é na situação interativa e nas relações de autoridade e obediência, em lugar dos processos sociais que levaram a tais assimetrias, e através dos quais elas se reproduzem.

Uma vez que no conceito de "social" de Moscovici a noção de sujeito remete à rede simbólica e aos referenciais partilhados, esse conceito não pode deixar, também, de remeter às "pertencas sociais" dos sujeitos. Ao arcabouço psicossocial de Moscovici, porém, faltaria acrescentar a tais "pertencas sociais" uma localização histórica e política, isto é, a dimensão sociológica. Juntos, esses aspectos são fundamentais para a compreensão da "funcionalidade e eficácia sociais" das representações na assimetria dos processos de comunicação social³.

O caráter interdisciplinar do conceito, no entanto, permite que sejam tomadas suas contribuições para o entendimento dos processos pelos quais se dá a formação de conceitos e de teorias organizadoras das relações sociais e das práticas de indivíduos e grupos (representações sociais) sem necessariamente restringir a extensão "social" ao momento da interação. Tal restrição redundaria no negligenciamento dos elementos "anteriores", isto é, aqueles nos quais se assentam as situações interativas, e da forma como novos elementos entram em cena e se fixam no repertório.

rio simbólico dos atores sociais, fundamentando novas, ou reproduzindo velhas práticas e relações.

Tal assimetria será trazida no sentido puramente sociológico, no tópico a seguir, para só então se tentar articular as duas dimensões – a psicossocial e a sociológica.

A DIMENSÃO SOCIOLÓGICA: IDEOLOGIA E HEGEMONIA

Na sua **Introdução à ideologia**, Terry Eagleton (1997, p. 15), crítico da tese sobre a pós-modernidade e do pós-estruturalismo, dá uma demonstração de quanto são diversos os significados do termo ideologia. Para começar a responder à pergunta que dá nome ao primeiro capítulo – “o que é ideologia” –, o autor enumera pelo menos dezesseis sentidos, compatíveis ou incompatíveis entre si, pejorativos ou não, de cunho epistemológico ou político. Eis alguns deles: processo de produção de significados na vida social; corpo de idéias de determinado grupo ou classe social; idéias (falsas ou não) que ajudam a legitimar o poder político da classe dominante; comunicação sistematicamente distorcida; formas de pensamento motivadas por interesses sociais; ilusão socialmente necessária; conjuntura de discurso e de poder; conjunto de crenças orientadas para a ação; veículo pelo qual os atores entendem o seu mundo; confusão entre a realidade lingüística e a realidade fenomenal; processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural; meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social...

Mas é o conceito marxista que mais tem lugar na análise e nos debates sociológicos. Notadamente após a derrocada do socialismo real e como reflexo da crise de paradigmas dela decorrente, muitos desdobramentos e revisões foram feitos em torno desse conceito.

Por outro lado, se em sua forma marxiana ou marxista clássica a teoria da ideologia já é repleta de antinomias, as tentativas pós-modernas de superá-la, incrementá-la ou esclarecê-la parecem ter potencializado as lacunas e polêmicas em torno do assunto. Ora o conceito é diluído (por vezes inadvertidamente) em outros modelos teóricos, ora esfacelado por completo e substituído por antigos contrapontos (vestidos com novas roupagens), ora são deixadas vazias de respostas as questões que o termo se propunha a responder (•I•EK, 1996). O revisionismo – sem querer desprestigiar seus esforços – parece longe de resolver os impasses em torno do conceito de ideologia. Talvez pudéssemos dizer que eles são simplesmente irresolúveis no sentido do todo racional que costumamos

esperar das teorias.

Tomar aqui o conceito de ideologia a partir dessas releituras, portanto, levaria a um grande emaranhado: os cruzamentos de linhas, as influências mútuas e as retomadas de antigos pressupostos, nem sempre são explícitos, tampouco fáceis de mapear. Tentar resumir aqui essas discussões e seus resultados, por mais capacidade sintética que houvesse, só seria possível num grau extremado de superficialidade. Por outro lado, apresentar um conceito que melhor representasse as reivindicações teóricas que perpassam tais discussões provavelmente seria uma tentativa frustrada nos limites deste artigo. Diante disso, a alternativa apresentada é bem mais modesta, embora não pretenda significar uma auto-exclusão em relação ao terreno revisionista. Trata-se de retornar aos próprios "pais do conceito" e tentar resgatar neles o que, porventura, venha a contribuir para a compreensão do objeto em foco, mesmo correndo o risco de, ao fazê-lo, entrar na linha de fogo em que foram postos esses autores.

É fato notório que o conceito marxiano de ideologia, por si só, já não daria conta da complexidade que as Ciências Sociais passaram a reconhecer na constituição dos fenômenos e nas novas configurações econômicas e sociais. Por outro lado, é ainda o conceito de ideologia, em diferentes e renovadas abordagens, o mais recorrente sempre que se precisa levar em conta o poder, as assimetrias e os conflitos sociais no plano público ou privado. No presente caso, no pensamento marxista, dois conceitos oferecem (embora não sem ressalvas) importantes recursos de análise: o conceito de ideologia como "representação da relação imaginária com a realidade", perpassado pelos de aparelhos ideológicos de Estado (AIEs) de Althusser, e o conceito de hegemonia de Gramsci.

Althusser (1996) fala de ideologia em dois sentidos: distingue uma *teoria da ideologia em geral* (imane a qualquer sociedade humana independentemente das desvirtualizações causadas por interesses particularistas, cuja função é assegurar a coesão da sociedade, mediante o conjunto das idéias, conceitos, valores e visões de mundo partilhadas) de uma *teoria das ideologias específicas* (na qual a primeira função é "sobredeterminada" pela segunda: a de assegurar a dominação de uma classe). Aquele conceito de ideologia de Marx seria apenas uma das faces da ideologia; antes dele, haveria outro terreno: o das idéias e representações da sociedade em geral sobre o qual se formam e se assentam as influências e manifestações das ideologias particulares.

O aspecto sociológico e político da ideologia estaria vinculado ao seu papel fundamental na constituição das identidades e dos "sujeitos". As

idéias e visões de mundo dos indivíduos fundamentam suas práticas, determinam quais os papéis legítimos e quais os estigmatizados. O poder e a força da ideologia (como ideologia geral), portanto, estaria no seu *caráter performativo*. É pelo fato de que as crenças e representações (sedimentadas no terreno da ideologia em geral) fundamentam práticas que tais elementos estão sujeitos a entrar no campo ideológico no sentido das *ideologias específicas*: são as práticas dos sujeitos, inseridas numa relação social, que reproduzem ou transformam os sistemas sociais e, portanto, mantêm ou superam as relações de poder e o *status quo* das classes sociais. Assim, os elementos constitutivos da ideologia em geral estariam sujeitos a ser retrabalhados conforme os interesses ideológicos das diferentes classes sociais (através dos Aparelhos Ideológicos de Estado, inseridos nas diversas instâncias da vida cotidiana nos mundos público e privado - Igreja, Trabalho, Família, etc.).

Os elementos da ideologia em geral seriam, por assim dizer, a matéria-prima das ideologias particulares. Numa perspectiva althusseriana, porém, não seriam isolados no tempo. O próprio terreno da ideologia em geral seria uma espécie de depósito sedimentar, resultante de outras fases históricas, outras lutas de classe, outras lutas hegemônicas, constituindo a fonte para a compreensão das lutas de classe do momento histórico focalizado.

Essa definição prévia do papel do “sujeito classe” na mudança social (perspectiva essencialista) e a força atribuída aos Aparelhos Ideológicos de Estado como instrumentos de classe (reprodução, em última instância, do determinismo econômico de Marx) são os principais alvos de críticas a Althusser. No entanto, são interessantes suas indicações de como as ideologias particulares (ideologia no sentido político e hegemônico) podem se inscrever nas práticas e nos rituais cotidianos (ideologia em geral) e, nesse sentido, quais os mecanismos ideológicos que poderiam intervir nos processos de transformação, objetivação e ancoragem das representações sociais.

Assim como Althusser, Gramsci (1978) rejeitou explicitamente uma noção negativa de ideologia (dominação, alienação). Propõe uma distinção entre *ideologias arbitrárias* (espontâneas) e *ideologias orgânicas* (ideologias de classe), elegendo essas últimas como seu objeto de estudo. Na sua noção de ideologia, os sujeitos aparecem de forma mais autônoma ou, sendo propositalmente redundante, são efetivamente “sujeitos”. De modo geral, a ideologia é, para ele, “uma concepção do mundo implicitamente manifesta na arte, no direito, na atividade econômica e em todas as

manifestações da vida individual e coletiva" (GRAMSCI, 1978, p. 328). Apesar dessa imanência da ideologia, Gramsci divide o conceito em quatro níveis: filosofia, religião, senso comum e folclore em ordem decrescente de sistematização e articulação intelectual. Aos três últimos níveis, pode-se associar aquilo que Althusser chama de ideologia em geral; essa última, por sua vez, talvez corresponda ao que aqui estamos chamando de representações sociais.

Mas Gramsci vai além de Althusser. Para ele, ao contrário desse último, não pode haver distinção absoluta entre intelectuais e não intelectuais, uma vez que o senso comum também desenvolve suas teorias. Se por um lado os filósofos profissionais desenvolvem a capacidade de pensamento abstrato, todos os seres humanos teriam uma prática filosófica que interpreta o mundo, ainda que freqüentemente de forma não sistemática e não crítica. Percebe-se, aqui, a estreita semelhança com a definição de representações sociais como teorias implícitas, espontaneamente elaboradas no cotidiano.

Para Gramsci, a ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações; ela "é o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc" (GRAMSCI, 1978, p. 377). Mas ela é mais que um sistema de idéias; ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação (mais uma vez, seu *caráter performativo*). É aqui que entra a prática hegemônica: uma ideologia hegemônica, dominante, pode propiciar uma visão de mundo supostamente mais coerente e sistemática, que não só influencia a massa da população, mas também serve como princípio de organização das instituições sociais. É, portanto, *na ideologia e por meio da ideologia* que uma classe pode exercer sua hegemonia sobre outras, isto é, pode assegurar a *adesão* e o *consentimento* das grandes massas. A ideologia "organiza a ação pelo modo segundo o qual se materializa nas relações, instituições e práticas sociais e informa todas as atividades individuais e coletivas" (GRAMSCI, 1978, p. 377). O autor chama a atenção, portanto, para as práticas por meio das quais os sujeitos (grupos sociais organizados) buscam adeptos para conseguir a hegemonia em torno de suas interpretações sobre o mundo e sobre a organização social, inserindo-as nas práticas e rituais do mundo vivido. Podemos nos adiantar e dizer que ao longo desse processo de articulações em busca da hegemonia, de tentativas de dar uma coerência específica ao real, determinados elementos podem passar e outros se fixar, superando os já existentes ou mesclando-se a eles. Nesse

contexto, os meios de comunicação de massa assumem importância especial na ativação, mudança ou consolidação de valores, idéias, projetos, etc. no espaço público.

O problema que persiste em Gramsci, apontado com justeza por Laclau e Mouffe (1989), é que, a despeito da tentativa contrária e embora sua abordagem não explicita uma “essência” do desenvolvimento histórico (a economia ou o conflito entre capitalistas e proletários, por exemplo), ele acaba por conceber todos os fenômenos sociais dentro de um bloco fechado e coeso. O conceito de “bloco histórico”, embora ultrapasse a noção de História Universal do marxismo, tenderia a atribuir todos os conflitos de dada formação social a um mesmo eixo, o que deixa pouco espaço para a percepção do novo:

“(...) Toda fase histórica deixa os seus traços nas fases posteriores; e estes traços em certos sentidos, tornam-se o seu melhor documento; o processo de desenvolvimento histórico é uma unidade no tempo, pela qual o presente contém todo o passado e do passado se realiza no presente que é ‘essencial’, sem resíduo de uma ‘incognoscível’ que seria a verdadeira ‘essência’. O que se perde, isto é, o que não foi transmitido dialeticamente no processo histórico, era por si mesmo irrelevante e não história, episódio superficial, sem importância, em última análise.”
(GRAMSCI, 1978, p. 119).

Retomando o conceito de hegemonia sob um novo momento paradigmático da Sociologia (pós-estruturalismo e pós-modernismo), e ajustando as contas com a teoria gramsciana, Laclau e Mouffe (1989) consideram que em Gramsci o sujeito continua sendo mais identificado como “a história” (já não a “História Universal”, mas a história de dada formação social) do que como sujeitos sociais concretos, claramente definidos no contexto político (ou na “prática articulatória”, segundo o conceito desses autores).

Com base nessa e em outras críticas relacionadas com o marxismo de Gramsci, esses autores argumentam que a estrutura discursiva (da prática hegemônica) não é meramente cognitiva ou contemplativa (epifenômeno), mas “sinônimo de uma prática articulatória que constitui e organiza relações sociais concretas” (LACLAU; MOUFFE, 1989, p. 96). O caráter performativo, portanto, continua presente, mas sob outra acepção. Nessa

prática, o "discurso" seria a peça-chave, mas seu sentido (e as identidades dos sujeitos) seria sempre posicional⁴ e contingente – nunca essencial, preso a uma lei histórica. O conceito de bloco histórico, por sua vez, é refutado com o pressuposto de que a "sociedade", no sentido tradicional da Sociologia, como bloco fechado e coeso (estrutura), seria apenas um conceito, não uma realidade. A aparente unidade de uma dada formação social seria, na verdade, a resultante de práticas hegemônicas.

O discurso (singular no sentido conceitual, mas sempre plural na realidade empírica) seria a "tentativa de dominar o campo da discursividade, de deter o fluxo das diferenças, de construir um centro, como pontos nodais" (LACLAU; MOUFFE, 1989, p. 96), fornecendo ao real uma aparente unidade. Os "pontos nodais" seriam, precisamente, os significados que vêm a se tornar privilegiados numa articulação discursiva, que conseguem se estabelecer como hegemônicos, fixando-se em uma cadeia: "na medida em que nenhum conteúdo específico está predeterminado a preencher o vazio estrutural, é o conflito entre vários conteúdos tentando desempenhar esse papel de preenchimento que vai tornar visível a contingência da estrutura" (LACLAU; MOUFFE, 1989, p. 96).

Restam, porém, algumas perguntas: se os conflitos são sempre contingentes e as identidades dos sujeitos sempre posicionais, qual a influência do passado, da história e dos significados já existentes na constituição de novas relações e novos significados? De onde vêm e como se constituem os significados atuais, e como os "velhos" significados entram em cena? Em suma, qual a relação entre o velho e o novo na abordagem de Laclau e Mouffe?

Tentando responder ao conjunto dessas questões, Michèle Barrett (1996) aponta que nesses autores a tese da contingência dos conflitos e das identidades não é levada às últimas consequências. Os vestígios do antigo, diz ela, não podem ser destruídos, mas "permanecem como depósitos sedimentares – inclusive, e até especialmente – onde o novo tenta excluir o velho" (BARRETT, 1996, p. 248). Para Laclau e Mouffe, a unidade da análise sociológica seria o próprio "discurso". Mais que analisar "de fora", procurando na "estrutura" (ou no legado da história) a compreensão e explicação dos conflitos, das identidades e da transformação e reprodução de significados, caberia ao sociólogo identificar quais os "elementos" (símbolos e significados já disponíveis no contexto) eleitos e trazidos à cena *pelos próprios sujeitos*, e como esses elementos são inseridos na sua prática articulatória. Quais esses elementos, isso não poderia ser dito *a priori*.

Os críticos de Laclau e Mouffe em geral consideram que sua abordagem trata o terreno dos conflitos de forma excessivamente fluida, e o seu conceito de discurso esvazia-se do teor político e histórico (EAGLETON, 1997). Mas, embora tais lacunas sejam significativas e as ressalvas mais que necessárias, essa abordagem tem o mérito de resgatar e dar uma nova dimensão ao conceito de hegemonia, filtrando-o do apriorismo causal do marxismo e tornando-o mais próximo dos novos movimentos sociais, comparativamente ao contexto em que Gramsci o elaborou.

Note-se, no entanto, que assim como em Gramsci e Althusser, a abordagem de Laclau e Mouffe refere-se à dinâmica da sociedade civil⁵, tratando basicamente do campo político no seu espaço de maior visibilidade: o da esfera pública, arena da luta pela hegemonia. Por isso é preciso resistir à tentação de tentar estender suas conclusões a todos os campos possíveis de interação e discurso ou ao “mundo da vida” de que fala Habermas (1984)⁶.

É verdade, como apontou Althusser e como já foi reconhecido por diferentes abordagens sociológicas, que a maioria das instituições sociais e mecanismos de poder perpassam tanto a esfera pública e política quanto o mundo vivido e privado – Família e papéis sexuais, Escola e papéis sociais, Igreja e valores morais, Trabalho e seu papel social e econômico na vida dos indivíduos. Mas atribuir toda e qualquer transformação, ou reprodução de idéias, conceitos e teorias ativados no cotidiano, à reprodução de relações de poder e manifestação de conflitos sociais, sejam eles “históricos”, sejam “contingentes”, seria algo como um retorno à noção de superestrutura de Marx ou ao funcionalismo durkheimiano. Por outro lado, qualquer dos conceitos tratados neste tópico – ideologia, hegemonia, discurso ou articulação discursiva – sozinho seria insuficiente para abordar o campo da interação social e do cotidiano.

Se o conceito de representações sociais, como vimos, não dá conta dos conflitos e das relações de poder, tampouco os conceitos de ideologia e hegemonia, na versão marxista ou na versão pós-estruturalista, dariam conta sozinhos do espaço de interação cotidiana.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA: UMA ARTICULAÇÃO “CONTINGENTE”

Falamos acima sobre simetria e assimetria nos processos de interação e comunicação. Falamos também do perigo de restringir a com-

preensão das relações sociais às condições que envolvem o momento da interação. Estamos, portanto, diante da questão da influência social e das relações de dominação, termos que, juntos, levam-nos a outra dimensão da ativação e constituição de representações sociais: a prática discursiva e articulatória voltada para a produção do consenso e, no sentido político, da hegemonia.

Embora não faça referência direta a esse nível, Moscovici deixa espaço para que ele seja resgatado ao definir os processos de objetivação e ancoragem. Como já foi visto, a objetivação consiste, segundo o autor, na forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e formam expressões de uma realidade vista como natural. A ancoragem, por sua vez, funciona como o estabilizador do meio e como redutor de novas aprendizagens, tornando os objetos mais resistentes e cristalizados (MOSCOVICI apud VALA, 1993, p. 358). A própria existência de uma "ancoragem" sugere a confluência permanente de elementos velhos e novos, isto é, a tensão constante entre a manutenção e a mudança.

Toda teoria da ideologia pressupõe uma noção de estrutura social, uma espécie de relevo acidentado sobre o qual se assenta este tecido a que estamos dando o nome de representações sociais. Já a teoria das representações sociais, quando faz referência ao "contexto", refere-se tão-somente à situação da interação. E ao deixar aberta essa lacuna, dá a impressão de que a sociedade é ora um todo homogêneo, ora um conjunto de grupos dispersos que contingente e aleatoriamente entram em interação. Apesar disso, é nessa relação entre grupos que podemos estender a noção de representação não somente para um conceito clássico de ideologia, mas até mesmo para a noção da prática discursiva de Laclau e Mouffe (no nível da esfera pública, não do cotidiano).

Na medida em que se refere a objetos somente acessíveis por meio de recursos comunicativos, a teoria das representações sociais não poderia deixar de aludir aos princípios constitutivos do "discurso", desde que na compreensão desse elemento haja um esforço em ultrapassar o nível das características, formas e estruturas lingüísticas, para entrar no campo da ideologia. É exatamente a tentativa de dominação (Althusser) ou de consenso (Gramsci), que se dá no contexto da pluralidade e dos conflitos entre os grupos sociais, que constitui a prática articulatória de que falam Laclau e Mouffe, a luta hegemônica. Prática a partir da qual os significados podem assumir novo sentido. Mas reconhecer que o sentido e as práticas articulatórias são posicionais e contingentes não elimina o pressuposto –

como fazem entender Laclau e Mouffe – de que essas novas posições e representações não se dão num vácuo, e sim sobre uma teia de outras representações e significados já existentes. Ao conflito e à busca do consenso, portanto, seguem-se a objetivação e a ancoragem (num processo dinâmico e conflitivo) do novo sobre o “estabelecido”.

Articulando o conceito de representação com o sentido de “ideologia geral”, de Althusser, entendendo-as como matéria das práticas discursivas e articulatórias, e percebendo que sua transformação pode dar-se no plano das lutas hegemônicas travadas na esfera pública e na sua correlação com o mundo da vida, tem-se que:

- a) uma coisa é falar da gênese das representações, não necessariamente ideológica; outra coisa é o fato de que elas estão sujeitas a entrar no campo da discursividade. São, por assim dizer, a matéria do discurso (tomando por discurso, mais uma vez, o conceito de Laclau e Mouffe). Isso significa que a “origem” de uma representação pode já ser por demais longínqua a ponto de estar relacionada com um “conflito histórico” ou de ter alguma “funcionalidade social”, mas que a mesma representação em dado momento (histórico ou conjuntural) pode ser posta a serviço da prática hegemônica (seja em prol da mudança ou da manutenção do *status quo*);
- b) “quais” representações entrariam nesse campo discursivo, só o contexto pode nos dizer; mas, contrariando a abordagem de Laclau e Mouffe, podemos afirmar que, conhecendo a história de uma formação social, bem como os atores e temas que historicamente venham assumindo a frente dos principais conflitos sociais, podem ser assinaladas *tendências*.

Nem sempre será possível identificar a gênese das representações (tarefa que poderia ser tanto objeto da Antropologia quanto da Sociologia Política) e, portanto, sua “eficácia ideológica” originária. Evidentemente, quando dada representação vem a se tornar objeto de pesquisas das Ciências Humanas, de algum modo ela já entrou ou está entrando no campo discursivo. Contudo, às vezes o máximo que se pode fazer é identificar como as representações, presentes em dado momento histórico e tal como utilizadas naquele momento histórico, são ou podem ser postas a serviço de uma ideologia ou luta hegemônica.

Nos conflitos manifestos, os valores e interesses são as motivações, mas para se movimentarem, eles precisam de uma matéria, de um repertório de significados e referenciais comuns que tornem possível a comunicação. O conteúdo desse repertório, que Althusser chamaria de

"ideologia em geral", será aqui chamado de representações sociais. Essas, por sua vez, incluem desde as representações mais antigas e sem funcionalidade social prática atual (no sentido da psicologia social) até as representações diretamente relacionadas com as noções de ordem e organização social (conceitos como "justiça", "poder", "igualdade", "direito") e as percepções sobre o posicionamento dos sujeitos na organização (identificação de si e do outro, papéis, categorização de indivíduos e grupos – como "as vítimas", "os vilões", "os políticos", "os poderosos", "as autoridades", "os responsáveis", etc.). Na prática discursiva da esfera pública, em que grupos em conflito ou grupos de interesse buscam a hegemonia, alguns dos significados podem aos poucos vencer e alcançar relativa estabilidade ou, nos termos de Laclau e Mouffe, podem tornar-se "hegemônicos". Determinadas representações sociais são, desse modo, transformadas – o que não quer dizer que esse seja seu único meio de transformação, ou que todas as representações, com seu caráter performativo, estão a serviço da hegemonia e do poder.

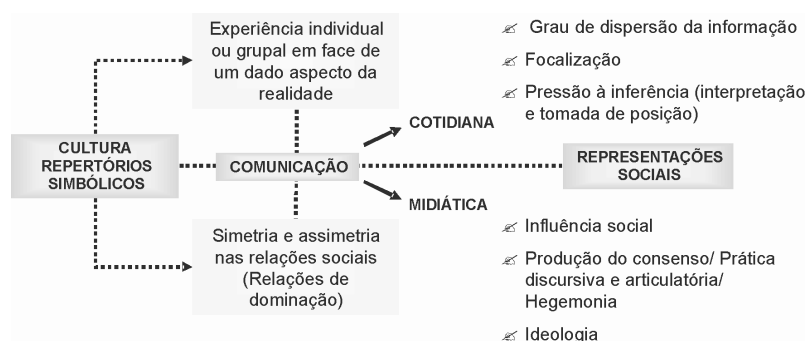
Reduzir as representações sociais ao âmbito ideológico – exceto se assumíssemos um conceito consideravelmente largo de ideologia, assumindo simplesmente que toda comunicação está sujeita aos efeitos da assimetria social – seria recair no determinismo e ignorar outros mecanismos de mudança e dinâmica social, difusão e articulação de idéias e conceitos na sociedade (ciência, senso comum, etc.). Isso poderia esvaziar o conceito de ideologia no seu teor político-econômico, este que necessariamente leva à noção de "estrutura social", na qual subtemde-se a presença, intervenção e luta pelos mecanismos legítimos de poder.

A alternativa, portanto, é pensar nas representações sociais como matéria comunicativa do cotidiano (entendido de modo complexo: senso comum, ciência, meios de comunicação de massa), que assumem uma nova dimensão ao entrar no plano da esfera pública e da luta hegemônica. Sua importância está no fato de que são elas, em última instância, que moldam as práticas cotidianas dos indivíduos (daí elas serem objeto das campanhas publicitárias, políticas e de mercado). Portanto, assim como no cotidiano, as representações teriam caráter performativo (orientação das ações e organização do real), ao entrarem no campo político esse caráter performativo assume o sentido althusseriano (repercussão na ação e no posicionamento dos sujeitos na organização social). Desse modo, aos níveis cognitivo e psicossocial do conceito de representações sociais, acrescenta-se o nível sociológico propriamente dito.

A observação de que os processos de comunicação social podem

ser, e freqüentemente são, assimétricos, reenvia a questão para o tema das desigualdades e diferenças sociais, seja no sentido “material” (acesso a bens e recursos informacionais e comunicativos), seja no sentido simbólico e identitário (os elementos subjacentes à identidade, posicionamento e reconhecimento dos indivíduos e grupos sociais entre si). A comunicação, por sua vez, pode ser compreendida em diferentes níveis: a comunicação formadora e científica (proveniente de instituições como a Escola, a Universidade, a Igreja, etc.), a comunicação cotidiana em diversos ambientes comuns à experiência individual ou particular (trabalho, família, bares, bairro, etc.) e a comunicação por excelência da chamada sociedade da informação: os meios de comunicação de massa.

Dadas essas referências, as representações sociais, compreendidas em sua dinâmica e complexidade, podem ser assim esquematizadas:



Assim, ao pensar nas representações sociais do ponto de vista sociológico, há de se considerar a articulação entre o mundo da vida e a esfera pública, contextualizando essas relações com contexto presente e com os discursos presentes, e situando-os na história e na cultura da formação social em questão. O estudo da história, nesse sentido, vem a ser instrumento indispensável da análise sociológica. E é uma pena que sempre que se fale em história tenha-se de adotar uma postura um tanto defensiva, lembrando que aqui a palavra não se refere a “História” no sentido monolítico e unilinear, seja no sentido hegeliano ou marxista, seja no sentido comteano, em que os fatos sociais identificados ao longo da história tendem a ser tomados como leis científicas de funcionamento da sociedade, evidenciando sua “natureza”, sua “ordem” imutável, independente dos sujeitos.

Xavier, R. "Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?"

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- . ABRIC, Jean Claude. *Pratiques Sociales et Representations*. Paris: Presses Universitaire de France, 1994.
- . ALEXANDER, Jeffrey. "O Novo Movimento Teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, n.º 4, 1987.
- . ALTHUSSER, Louis. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado". In: .
- . •I•EK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- . BAKTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 9ª ed.: São Paulo, Hucitec, 1999.
- . BARRETT, Michèle. "Ideologia, Política e Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe". In: •I•EK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- . BHASKAR, Roy. "Realismo". In: OUTHWAITE, Willian e BOTTOMORE, Tom (1996). *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- . BERGER Peter; LUCKMAN, Thomas. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 9.ª ed.: Petrópolis, Vozes, 1986.
- . BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand/Difel, 1989.
- . CARDOSO, Mirian Limoeiro. *Ideologia e Desenvolvimento: O Brasil de JK a JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- . COSTA, Jurandir Freire. *A Face e o Verso: Estudos Sobre o Homoerotismo*. São Paulo: Escuta, v. 2, 1995.
- . DURKHEIM, Èmile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1986.

- . EAGLETON, Terry. *Ideologia: Uma Introdução*. São Paulo: Boitempo/UNESP.
- . ELDER, Charles D.; COBB, Roger W. (1983). *The Political Uses of Symbols*. New York & London: Longman, 1997.
- . FARR, Robert. "Las Representaciones Sociales". In: MOSCOVICI, Serge (Org.). *Psicologia Social*. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- . FARR, Robert. "Representações Sociais: A Teoria e Sua História". In:
- . GUARESCHI, Pedrinho (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis; Vozes, 1994.
- . FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas: Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. 8ª ed.: São Paulo, Martins Fontes.
- . _____. (1999). *A Ordem do Discurso*. 5ª ed.: São Paulo, Loyola, 1999.
- . GRAMSCI, Antônio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- . GOFFMAN, Erving. *A Representação do Eu na Vida Cotidiana*. 9ª ed.: São Paulo, Vozes, 2001.
- . HABERMAS, Jürgen. *A Mudança Estrutural da Estrutura da Esfera Pública: Investigações Quanto a Uma Categoria da Sociedade Burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- . HALL, Stuart et al. *Da Ideologia: Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- . JODELET, Denise. "La Representación Social: Fenómeno, Concepto e Teoría". In: MOSCOVICI, Serge (Org.). *Psicologia Social*. Buenos Aires: Paidós, 1986.
- . _____. *Las Representations Sociales*. Paris: Presses Universitaire de France, 1989.

Xavier, R. "Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?"

- . JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações Sociais e Esfera Pública: A Construção Simbólica de Espaços Públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- . LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantal. *Hegemony & Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. 3th ed.: London/New York: Verso, 1989.
- . LACLAU, Ernesto. "Sujeito da Política, Política do Sujeito". In: *Revista Política Hoje*. Recife: Mestrado em Ciência Política da UFPE, v. 4, n.º 7, jan/jun, ano 4.
- . MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. 3ª ed.: Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- . MANHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- . MINAYO, Maria Cecília de. "O Conceito de Representação Social na Sociologia Clássica". In: GUARESCI, Pedrinho (Org). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis; Vozes, 1994.
- . MOSCOVICI, Serge. *A Máquina de Fazer Deuses*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- . MOSCOVICI, Serge. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- . MOUFFE, Chantal. "Feminismo, Cidadania e Política Democrática Radical". In: MOUFFE, Chantal. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradova, 1996.
- . PÊCHEUX, Michel. *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento*. 2ª ed.: Campinas, Pontes, 1997.
- . _____. "O Mecanismo do (Des)conhecimento Ideológico". In: •I•EC, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- . PERRUSI, Artur. *Imagens da Loucura: Representação Social da Doen-*

ça Mental na Psiquiatria. São Paulo: Cortez/ Recife: Editora da UFPE, 1995.

- . RODRIGUES, Araci M. "Práticas e Representações de Pequenos Funcionários Públicos de São Paulo". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, nº 11, v. 4, out/1989.
- . RORTY, Richard. *Objetivismo, Realismo e Verdade, Escritos Filosóficos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- . ROUANET, Sérgio Paulo. *A Razão Cativa: As Ilusões da Consciência de Platão a Freud*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- . SÁ, Celso Pereira de. *A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1996.
- . SÁ, Celso Pereira de. *O Núcleo Central das Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- . SPINK, Mary Jane et al. *Práticas Discursivas e Produção dos Sentidos no Cotidiano: Aproximações Teóricas e Metodológicas*. São Paulo: Cortez, 1999.
- . _____. "Desvendando Teorias Implícitas: Metodologia de Análise das Representações Sociais". In: GUARESCHI, Pedrinho e
- . JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- . VALA, Jorge. "Representações Sociais: Para Uma Psicologia Social do Pensamento Social". In: VALA, Jorge e MONTEIRO, Maria Benec dita (Org.). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- . XAVIER, Roseane. *Do Vínculo à Informalidade: Imagens e Representações do Trabalho no Brasil*. Recife: PPGS/UFPE. Texto mimeografado, 2002.
- . ŽIŽEK, Slavoj. "O Espectro da Ideologia". In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996

NOTAS.

¹ Frente ao suposto sociologismo que permitiu o uso do conceito de “consciência coletiva” por Durkheim e das críticas que sofreu por isso, houve uma progressiva substituição pelo conceito de representações coletivas. Desse modo, a conotação psicossocial da sociologia de Durkheim ficou mais patente embora isso não tenha eliminado o problema do peso causal das representações coletivas sobre a mente e o comportamento individual.

² É necessário lembrar que os termos utilizados por Moscovici obedecem a uma lógica psicossocial e a expressões da ciência à qual o autor é filiado. Nesse trecho, o termo “representação dominante” nada tem a ver com “dominação ideológica” (termo sociológico). Trata-se de representações mais sólidas, mais sedimentadas, cristalizadas pelo tempo, publicizadas e assumidas como elementos naturais pelos sujeitos. Também não se refere a uma totalidade homogênea formada por todas as representações sociais, mais sim às representações de um dado objeto mais diretamente relacionadas com um “novo” que se apresenta num grupo específico e numa interação específica. Isso não impede que se pergunte, porém, o porquê de algumas representações terem-se sedimentado em detrimento de outras com as quais entraram em confronto na situação interativa. Essa questão será retomada no tópico seguinte ao se falar do conceito de representação (ideologia geral) de Althusser e do conceito de hegemonia de Gramsci.

³ Note-se que aqui o conceito de funcionalidade e eficácia refere-se à ação, não à estrutura, o que o diferencia da perspectiva do funcionalismo social.

⁴ Refere-se à posição contingente dos sujeitos no cenário do conflito ou da confrontação de discursos. Os próprios conflitos seriam “contingentes”, não “históricos” (entendendo “histórico” como sinônimo de “necessidade histórica”, conceito relacionado com o materialismo e o determinismo histórico de Marx).

⁵ Este conceito é explicitamente refutado por Laclau e Mouffe (1989), e seu uso aqui é uma opção da autora.

⁶ Para outros fenômenos do cotidiano, o Interacionismo Simbólico continua oferecendo um importante arcabouço analítico e metodológico para os pesquisadores.

*Roseane Xavier é socióloga, mestra em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), ex-professora da disciplina Sociologia da Comunicação na Associação de Ensino Superior de Olinda (AESO), e compõe o quadro de análises pesquisa do Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (IPESPE), em Recife. O artigo enviado constitui parte de sua Dissertação de Mestrado **Do Vínculo à Informalidade: Imagens e Representações do Trabalho no Brasil**, realizada sob orientação da Professora Silke Weber da Pós-Graduação em Sociologia da UFPE em 2002. O endereço eletrônico da autora é roseane.xavier@terra.com.br*

Roseane Xavier

Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?

Recebido: 11/11/2002

1ª revisão reformulada: 20/1/2003

Aceite final: 23/1/2003